

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

MANHÃ

Aplicação: 2014



PROVA ESCRITA E PRÁTICA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita e Prática. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se este caderno contém uma proposta de dissertação, uma de peça prática e duas questões discursivas, acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita e Prática.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 6** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais:
telefone: 0(XX) 61 3448-0100;
sac@cespe.unb.br; Internet —
www.cespe.unb.br.

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Na dissertação, na peça prática e em cada questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Notário**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação e na peça prática, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **4,00 pontos**, dos quais até **0,20 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Em cada questão, esses valores corresponderão a **1,00 ponto** e **0,05 ponto**, respectivamente.

DISSERTAÇÃO

Um cidadão, sentindo-se prejudicado devido à averbação de uma escritura de compra e venda de imóvel, ingressou com ação judicial contra o oficial do registro de imóveis de determinado município, requerendo ressarcimento por danos morais e materiais, e ofereceu representação ao Ministério Público para que fosse instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa. Concomitantemente, em fiscalização efetuada pelo tribunal de justiça competente, constataram-se irregularidades no registro de imóveis e na cobrança indevida de valores pelos serviços prestados.

Algumas pessoas que haviam sido beneficiadas com essas irregularidades, ao tomarem conhecimento das investigações, ingressaram com processo judicial a fim de preservarem a situação jurídica fática alcançada, sob a alegação de direito adquirido, segurança jurídica e aplicação da teoria do fato consumado. Ao julgar esses processos judiciais, o Poder Judiciário declarou a existência de vício nos registros imobiliários e sua conseqüente nulidade.

Em decorrência dessa decisão, as partes prejudicadas com os registros irregulares resolveram ingressar com ação contra o município e o estado, visando à reparação do dano, alegando responsabilidade civil do município em que se encontram os imóveis e do respectivo estado. As partes argumentaram que sofreram danos morais e materiais irreparáveis pelos atos praticados pelo oficial de registro e que, mesmo em se tratando de serventia extrajudicial, a pessoa jurídica de direito público deveria ser responsabilizada.

A respeito da situação hipotética acima descrita, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente e de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- ▶ responsabilização de notários e registradores por improbidade administrativa; [valor: 1,30 ponto]
- ▶ aplicação da teoria do fato consumado aos atos administrativos realizados pelo oficial de registro; [valor: 1,50 ponto]
- ▶ legitimidade *ad causam* e responsabilidade civil dos entes federativos. [valor: 1,00 ponto]

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

João e Maria celebraram contrato de promessa de compra e venda com Manoel, tendo por objeto um imóvel situado na zona urbana da cidade de Salvador. Apesar de o casal pretender residir no imóvel enquanto viver, sua intenção é doar imediatamente o imóvel à filha única, Rosana, maior de idade e capaz, e ao filho dela, concebido, mas ainda não nascido. Assim, compareceram ao serviço notarial João, Maria, Manoel e Rosana, e solicitaram ao tabelião de notas a elaboração de documento, dotado de fé pública, que formalizasse juridicamente a vontade das partes, manifestada no ato. Foi apresentado o contrato de promessa de compra e venda e declarada a quitação. A partir dessa data, João e Maria pretendem ingressar na posse do imóvel.

Com base nessa situação hipotética e considerando a inexistência de qualquer restrição quanto ao imóvel ou às pessoas envolvidas, elabore, na condição de tabelião, a peça prática adequada ao caso. Em seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

- ▶ siga a estrutura textual e as formalidades exigidas para a peça; [valor: 0,80 ponto]
- ▶ contemple a totalidade das vontades manifestadas pelos envolvidos, com qualificação das pessoas e do objeto da peça e menção ao título aquisitivo de bens envolvidos; [valor: 2,40 pontos]
- ▶ mencione declarações das partes sobre os negócios. [valor: 0,60 ponto]

Ao elaborar seu texto, atenda, necessariamente, às seguintes instruções:

- ▶ qualquer pessoa citada na situação hipotética deve ser qualificada com o uso do nome acima narrado e, em lugar de cada qualificadora, deve ser feita referência, entre parênteses, apenas à informação que ali seria inserida – por exemplo: “Carolina, (RG)...”;
- ▶ outras pessoas que possam ser mencionadas na peça mas não foram citadas na situação hipotética devem ser nomeadas na peça como PESSOA 1, PESSOA 2, e assim por diante;
- ▶ imóveis devem ser qualificados segundo a regra da qualificação da pessoa — por exemplo, “casa localizada no (endereço)”;
- ▶ qualquer data, independentemente do momento da ocorrência do fato narrado, deve ser mencionada apenas como “(data)”;
- ▶ qualquer valor deve ser aludido apenas como “(valor)”;
- ▶ qualquer instituição deve ser mencionada por sua designação comum — por exemplo, “cartório”, “hospital”;
- ▶ livros e folhas de registro devem ser identificados como “Folha (número) do Livro (número)”;
- ▶ qualquer documento deve ser identificado apenas com seu nome comum — por exemplo, “escritura”, “procuração”;
- ▶ qualquer dado não fornecido na situação hipotética deve ser referido como “(...)”.

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

QUESTÃO 1

Quando Manuela nasceu, sua mãe, Leandra Albuquerque de Almeida estava casada com João de Almeida, que não era o pai biológico da recém-nascida, em cujo registro de nascimento, constou apenas o nome da mãe (Leandra Albuquerque de Almeida). A criança foi registrada como Manuela Albuquerque, já que o patronímico “de Almeida” era do seu padrasto. Tempos depois, o casal se divorciou e, no processo judicial, Leandra optou por voltar a usar seu nome de solteira — Leandra de Albuquerque.

Em face dessa situação hipotética, discorra, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a possibilidade (ou impossibilidade) de se proceder à retificação do registro civil de Manuela [valor: 0,25 ponto], de forma a alterar o nome de sua genitora, destacando os princípios [valor: 0,35 ponto] e o fundamento legal [valor: 0,35 ponto] que justificam tal possibilidade (ou impossibilidade).

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

De acordo com o artigo 5.º do Código Civil, a “menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”. Nesse mesmo artigo, são elencadas hipóteses de cessação da incapacidade civil para o menor. No artigo 9.º do mesmo diploma legal, são estabelecidas hipóteses de obrigatoriedade de registros públicos dos nascimentos, dos casamentos, dos óbitos, da sentença declaratória de ausência e de morte presumida, entre outras.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, defina o instituto jurídico da cessação da incapacidade civil para os menores [**valor: 0,30 ponto**], cite, objetivamente, as hipóteses legais ensejadoras da cessação da incapacidade civil para o menor e esclareça se estas são taxativas ou exemplificativas [**valor: 0,35 ponto**]. Discorra, ainda, especificamente, sobre a hipótese de cessação da incapacidade civil resultante de ato de vontade [**valor: 0,30 ponto**].

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos